

A EDUCAÇÃO NA ROMA ANTIGA EDUCATION IN ANCIENT ROME

Miguel Eugênio Almeida

RESUMO:

O texto em questão visa abordar a educação romana das crianças e dos jovens dos sete aos dezessete anos, quer sob o prisma familiar, quer sob o prisma escolar. Assim, este estudo procura responder satisfatoriamente à ocorrência da educação romana, no período da História Antiga, principalmente. No caso, neste estudo qualitativo, utilizamos as fontes bibliográficas referentes à educação antiga de Roma. Para tanto, orienta-nos seguindo os autores tratando do ensino do Latim, da Linguística Histórica, da História Ocidental, da História da Educação Ocidental e da Antropologia Filosófica, principalmente. Esses autores auxiliam-nos a apresentar uma visão geral da educação na Roma antiga, apontando-nos os primórdios da educação universal sistemática, propriamente dita. Este texto trata da educação histórica dos latinos fazendo-nos compreender, de modo mais abrangente, o grande legado deles (romanos, de modo especial) para com o desenvolvimento histórico-cultural do povo ibérico, em questão. O Império Romano, ao conquistar a Península Ibérica, trouxe, além das atividades sócio culturais, o Latim, a língua do conquistador, compreendendo o substrato da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. História Romana. Ensino do Latim.

ABSTRACT:

The text in question aims to address the Roman education of children and young people from seven to seventeen years old, either from the perspective of the family or from the perspective of school. Thus, this study seeks to respond satisfactorily to the occurrence of Roman education, mainly in the period of Ancient History. In this case, in this qualitative study, we used bibliographical sources referring to ancient education in Rome. Therefore, it guides us by following the authors dealing with the teaching of Latin, Historical Linguistics, Western History, the History of Western Education and Philosophical Anthropology, mainly. These authors help us to present an overview of education in ancient Rome, pointing us to the beginnings of systematic universal education itself. This text deals with the historical education of the Latinos, making us understand, in a more comprehensive way, their great legacy (the Romans, in a special way) towards the historical-cultural development of the Iberian people in question. The Roman Empire, when conquering the Iberian Peninsula, brought, in addition to socio-cultural activities, Latin, the language of the conqueror, comprising the substratum of the Portuguese language.

KEYWORDS: History of Education. Roman history. Latin teaching.

Considerações iniciais

Neste texto, verificamos basicamente a educação das crianças e dos jovens romanos dos sete aos dezessete anos, quer sob o âmbito da educação individual, quer sob o âmbito da educação coletiva, visando aprimorar principalmente a contextualização histórica e educacional àquele(a) que se dedica aos estudos clássicos, notadamente aos estudos do Latim.

Este estudo basicamente atende ao aspecto qualitativo histórico e educacional de fontes bibliográficas, a fim de apontar o contexto emergente da formação da língua do Lácio – o Latim -. O contexto histórico da Roma antiga, em questão, estabelece o momento histórico e educacional do desenvolvimento sócio cultural do surgimento do Latim, no Império Romano. Para tanto, orientamo-nos seguindo os autores tratando do ensino do Latim (Valente, 1952), da Linguística Histórica (Faraco, 2005), da História Ocidental (Burns, 1975), da História da Educação Ocidental (Rosa, 2009) e da Antropologia Filosófica (Mondin, 1980), principalmente. Esses autores auxiliam-nos a apresentar uma visão geral da educação na Roma antiga, apontando-nos os primórdios da educação universal sistemática, propriamente dita.

Desenvolvemos o texto, em questão, distribuindo-o em dois tópicos: 1. Primórdios históricos da civilização romana. 2. A educação na Roma antiga.

1. Primórdios históricos da civilização romana

Nesse tópico, apontamos, de maneira satisfatória, um pouco da História de Roma contextualizando aspectos gerais da formação territorial e cultural desse povo.

Diante da posição geográfica europeia, Roma está situada na península itálica; e, todavia, por estar próxima da península da Grécia, no continente europeu, sofreu sensivelmente influências culturais e lingüísticas desse povo, principalmente, ocupando uma rota comercial importante. O comércio de Roma com a Grécia e com as demais regiões do Ocidente levou a migração de gregos para a península itálica, notoriamente nas seguintes cidades, ou conforme o estudioso da História Ocidental:

Os gregos localizaram-se principalmente ao longo do litoral sul e sudoeste da Itália e da Sicília. Seus estabelecimentos mais importantes foram Tarento, Siracusa e Nápoles, cada um deles constituindo uma cidade-

estado completamente independente. Dos gregos, os romanos derivaram o seu alfabeto, um certo número de conceitos religiosos e muito de sua arte e mitologia. (BURNS, 1975, p.212).

Assim, sob o aspecto linguístico da formação, o Latim, falado na região do Lácio (Roma), e o Grego são línguas do grupo da família do Indo-europeu. De modo especial, o Latim faz parte da subfamília itálica, ou melhor explicando: “- a subfamília *itálica* (que inclui as antigas línguas da península itálica como o osco e o umbro; o latim e todas as línguas românicas: português, espanhol, francês, italiano, sardo, catalão, romeno);” (FARACO, 2005, p.207). Portanto, os estudiosos comparatistas das línguas comprovam, no caso, o parentesco entre o Grego e o Latim, notadamente; e os romanistas explicam/ descrevem as línguas neolatinas, formadas do Latim.

Outrossim, sob o aspecto histórico e cultural, a respeito dos povos peninsulares, observamos com o historiador, o seguinte:

Os romanos [...] nunca igualaram os gregos nas realizações intelectuais e artísticas. A Itália não possuía recursos minerais, exceto algum mármore excelente e pequenas quantidades de cobre, ouro e ferro. Sua extensa costa possui unicamente dois bons pontos: Tarento e Nápoles. Por outro lado, a quantidade de terra fértil do solo italiano é muito maior que a da Grécia. Em conseqüência, os romanos estavam destinados a permanecer um povo essencialmente agrícola durante maior parte de sua história. [...] Além disso, a topografia da Itália é tal que a península se tornava mais facilmente acessível à invasão do que a Grécia. Os Alpes não opunham uma barreira eficaz à afluência dos povos da Europa Central, ao passo que a Costa, sem acidentes em inúmeros pontos, acenava à conquista pelo mar. Consequentemente, a dominação do país pela força era mais comum, do que a mistura pacífica dos imigrantes com os colonos já estabelecidos. Por essa razão, os romanos absorveram-se em preparativos militares quase desde o momento em que se estabeleceram no solo italiano, uma vez que eram forçados a defender suas próprias conquistas contra novos invasores. (BURNS, 1975, p.211)

Portanto, depreendemos, em uma certa medida, o comportamento social prático do povo romano/ italiano desafiado constantemente a defender seu território contra os invasores externos, garantindo-lhe o cultivo do solo, para a sua sobrevivência. O senso de praticidade desse povo vem da natureza instintiva do ser humano, para tomar decisões rápidas implicando a defesa do território, garantindo-lhe a sobrevivência. Diante disso, o povo romano vivia de maneira muito humilde, ou conforme o latinista:

Roma não foi sempre uma cidade, como a imaginamos, grande e maravilhosa; era, de início, apenas um grupo de casas sobre um outeiro. Nem os antigos romanos habitavam sempre em palácios suntuosos, entre o luxo e a ociosidade; a princípio, moravam em casebres muito pobres, e viviam em combates contínuos contra vizinhos aguerridos. (VALENTE, 1952, p.9)

No caso desse povo, ao proteger o seu território, obrigava-se a guerrear incessantemente, deixando, de uma certa forma, comparando aos gregos, de cultivar com muita riqueza as artes, a literatura e a filosofia, notadamente. Os romanos primitivos viviam da agricultura de subsistência, como podemos depreender. Portanto, eles eram camponeses ocupando o centro da atividade econômica principal, até então. O solo é para esses o maior bem, porque dali sai todo o sustento mantendo as suas vidas e as suas atividades culturais, em geral. Diante disso, é que se coloca a defesa ferrenha do solo peninsular italiano.

Divide-se a História da Roma antiga, grosso modo, em dois períodos: o período monárquico e o período da República Imperial. No primeiro período, verificamos as seguintes características principais:

Desde os primórdios, parece que os romanos tiveram mais interesse pela autoridade e pela estabilidade política do que pela liberdade e pela democracia. Seu estado era, essencialmente, uma extensão do princípio da família patriarcal a toda a comunidade, exercendo o rei um domínio sobre os súditos, comparando ao chefe de família sobre os seus dependentes. (BURNS, 1975, p.213).

Destarte, não cabia aos súditos deliberarem sobre questões sociais, culturais e políticas de Roma. No caso, os aspectos da sociabilidade e da politicidade, de acordo com o contexto antropológico, são prejudicados, porque não contempla o poder de decisão dos referidos súditos, ou conforme os estudos antropológicos:

Sociabilidade e politicidade são, então, dois aspectos correlativos de um único fenômeno: o homem é sociável e, por isso, tende a entrar em contato com os seus semelhantes e a formar com eles certas associações estáveis; porém, começando a fazer parte de grupos organizados, ele torna-se um ser político, ou seja, membro de uma *polis*, de uma cidade, de um estado, e, como membro de tal organismo, ele adquire certos direitos e assume certos deveres. (MONDIN, 1980, p.154)

Portanto, a sociedade romana, quanto ao caráter da *sociabilidade* e da *politicidade*, apresenta-se como *paternalista*, onde o soberano dita as regras de convivência social-moral

e política para os seus súditos. Dessa forma, o soberano é o ator social ativo; e os súditos são os atores sociais passivos, porque não participam das decisões da *polis*.

Todavia, no período da República Imperial de Roma, essa população, conforme o historiador:

[...] fora dividida em duas grandes classes: os patrícios e os plebeus. Os primeiros eram aristocratas e ricos proprietários que, ao que parece, descendiam dos antigos chefes de clã. Monopolizavam os cargos do senado e da magistratura. Os plebeus eram o povo comum: pequenos agricultores, artífices e comerciantes. Muitos eram clientes ou agregados dos patrícios, obrigados a se baterem por eles, a prestar-lhes apoio político e a cultivar-lhes as propriedades em retribuição da proteção recebida. (BURNS, 1975, p.216)

Quanto à sociabilidade e à politicidade, o período republicano mantém praticamente as mesmas características concentradoras de poder do período monárquico, ou seja: o poder de decisão social e política estava nas mãos de uma classe dominante/minoritária – os patrícios –, em detrimento de uma classe dominada/majoritária – os plebeus. Assim, verificamos a divisão de tarefas entre as classes: a tarefa dos patrícios era administrar e legislar, notoriamente; e a tarefa dos plebeus¹ era suprir a *polis* com a produção de alimentos e outros produtos duráveis feitos pelos artífices. Portanto, os plebeus praticamente não tinham uma participação efetiva nas decisões políticas de Roma.

Com o tempo, foi crescendo cada vez mais a população de Roma e da península itálica, causando um transtorno social da ocupação da terra, ou melhor esclarecendo:

Aumentando o número de habitantes, tornou-se cada vez mais urgente a necessidade de expansão para novos territórios. Essa é a causa que parece ter determinado as guerras com os volscos e équos no começo do século V². (BURNS, 1975, p.214).

Destarte, as sucessivas guerras levaram o Império Romano a conquistar muitos territórios além de suas fronteiras peninsulares, ou conforme o gramático de Latim:

Pelo tempo de César, 100 a 44 a.C., os romanos dominaram todos os países em torno do Mediterrâneo. Finalmente, o seu império alargou por todo

¹ No caso, cabe ressaltar que esta classe raramente ascendeu aos cargos públicos do governo de Roma. Verificamos que este fato raro ocorreu em 362 a. C. com a eleição do primeiro cônsul plebeu (BURNS, 1975, p.216).

² Esclarecendo: século V a.C.

mundo civilizado, desde a Britânia até o deserto de Saara, desde o Oceano Atlântico até o rio Eufrates. Nunca dantes tão grande número de nações havia sido governada por um único povo; nunca no futuro tão grande parte do mundo civilizado havia de assim unir-se sob um só governo. (VALENTE, 1952, p.11)

Portanto, o Império Romano não somente conquistou territórios, mas ainda deixou um legado cultural muito rico, não somente dos produtos culturais visíveis da arquitetura, das outras expressões artísticas e religiosas³, mas, também, pela contribuição linguística formando as línguas românicas, principalmente.

2. A educação na Roma antiga

Neste tópico, abordamos os graus (níveis) da educação romana, no período antigo; a saber: *Ludus*; *Grammatica*; *Rethorica*. Basicamente elucidamos questões compreendendo as noções de educação e de ensino. Para tanto, auxiliamo-nos, entre outros, de alguns autores clássicos, de modo especial, tratando da educação, tais como: Marcus Tullius Cícero (*106-†43 a.C); Lucius Annaeus Sêneca (*4-†65 d.C); Marcus Fabius Quintilianus (*40-†118 d.C).

Nesse período em questão, a educação em Roma era mais moral que intelectual (ROSA, 2009, p.61), ou seja, primava mais pela conduta moral do educando do que pelos estudos da ciência e da filosofia, ou ainda, segundo o historiador:

A moral dos romanos, nesse período como nos posteriores⁴, não tinha quase nenhuma relação com a religião. Os romanos não pediam a seus deuses que os fizessem bons, mas que concedessem favores materiais à comunidade e à família. A moral era um assunto de patriotismo e de respeito à autoridade e à tradição. As virtudes cardeais eram: a bravura, a honra, a autodisciplina, a reverência pelos deuses e pelos antepassados e o cumprimento dos deveres para com os pais e a família. A lealdade para com o estado precedia tudo o mais. Para o bem do estado, os cidadãos deviam estar prontos a sacrificar não somente sua própria vida, mas, se necessário, as vidas das pessoas de sua família e as de seus amigos. (BURNS, 1975, p.218-219).

Dessa forma, a moral romana, em questão, primava pelo sentimento patriótico respeitando a tradição do poder da autoridade do governante e também pelo sentimento

³ Ou ainda, pela difusão do catolicismo em todo o Império Romano, na Europa.

⁴ Ou melhor explicando: período da República e o período do Império.

moral/pragmático dos valores familiares e religiosos, propriamente dito. Esse povo, de senso prático⁵, inspirando-se, de uma certa maneira, pela visão da Filosofia Moral⁶, representada pelo *estoicismo* e pelo *epicurismo*⁷. A questão moral, no *estoicismo*, fundamenta basicamente a reflexão das questões práticas hodiernas da vida humana, tais como: emoções, preocupações e ocupações (ABBAGNANO, 2007, p.375). Por sua vez, o *epicurismo* ocupa-se da investigação especulativa/ filosófica garantindo a harmonia espiritual do ser humano (ABBAGNANO, *op. cit.*, p.337).

A seguir, discorreremos sobre o ensino dos meninos⁸, na Roma antiga, sendo essa tarefa delegada ao pai, ou melhor elucidando: “Nos primeiros séculos da república, o menino cresce junto do pai que lhe ensina a ler, a escrever, a contar e, principalmente, a ser rigoroso consigo mesmo, a cultivar o campo, a defender os seus direitos.” (VALENTE, 1952, p.66) Desse modo, o ensino, propriamente dito, tinha orientações práticas atendendo as necessidades primordiais da subsistência alimentar e da comunicação oral/ escrita, para fins sociais e culturais, principalmente. Portanto, o ensino romano surge com o desenvolvimento social e cultural desse povo, ou melhor explicando:

Parece que os romanos já tinham realizado então certo progresso intelectual e social, mas em ritmo lento. Os tempos eram ainda duros e cruéis. Apesar de ter sido adotada a escrita já no século VI[a.C], pequeno era o seu uso, salvo para copiar leis, tratados, inscrições funerárias e orações. Visto que a educação se limitava àquela dada pelo pai no tocante aos esportes viris, às artes práticas e às virtudes militares, provavelmente a grande maioria do povo continuava a ser analfabeta. (BURNS, 1975, p.217)

Assim, a elite do povo romano preocupava-se com o ensino da leitura e da escrita atendendo minimamente proteger os seus direitos e deveres civis e religiosos. No caso, o ensino da língua orienta-se notoriamente pela função comunicativa, ou conforme o estudioso da Antropologia Filosófica: “[...] a comunicação, em muitíssimos casos, não pretende, com efeito, oferecer descrições de objetos, coisas, fenômenos, leis da natureza, mas afetos, sentimentos, desejos, comandos.” (MONDIN, 1980, p.144). Diante dessa

⁵ Cf. a natureza cultural, em questão, desenvolvida no ponto nº1 desse estudo refletindo a história cultural da ocupação e da defesa territorial desse povo.

⁶ Ou assim compreendendo: ela faz parte da subdivisão da Filosofia Prática (JOLIVET, 1961, p.22).

⁷ Cf. Correntes da Filosofia Grega.

⁸ Não há referência histórica colocando o ensino das meninas, conforme as buscas do pesquisador até o presente momento.

função da linguagem, percebemos o fim pragmático marcando o uso que expressa a vontade humana em si mesma.

Outrossim, a atividade lúdica, por meio do esporte, educa sobremaneira o homem, porque, pensando com o filósofo da antropologia, em questão: “Nela põe-se em movimento todas as faculdades, sem subordinações, em espontânea coordenação, e em vista de uma alegre auto-realização do sujeito.” (MONDIN, 1980, p.216). A educação lúdica/desportiva visa levar o homem a superar-se pelos desafios físicos ditados pela vontade. A atividade lúdica também proporciona o desenvolvimento do espírito de competição superando as barreiras de ordem psicológica e de ordem social e cultural humana. A partir disso, a atividade desportiva/ lúdica aplica-se na arte da guerra, importantíssima para a vida dos romanos.

Diante dessas considerações teóricas, discorreremos sobre o primeiro grau de ensino: o *ludus*, destinado à educação do menino romano, ou conforme o latinista:

- a) *Ludus* correspondente, mais ou menos, ao ensino primário⁹. O menino freqüenta-o desde os sete anos até os doze ou treze. Um escravo de certa idade, o *paedagógus*, acompanha o menino, levando-lhe as tabuinhas. Por causa do calor ao meio dia, a aula, romana começava antes do levantar do sol. Ao meio-dia, os alunos faziam sesta e, depois dela, continuavam as lições.

A aula era dada na *pérgula*, espécie de alpendre junto de algum edifício público, ficando os alunos expostos às distrações da vida cidadina ao redor. Cada aula tinha só poucos rapazes.

Os alunos aprendiam a ler, silabando os vocábulos e as frases. Para escrever empregavam tabuinhas enceradas e um ponteiro, o *stilus*.

Ensinava-se ainda a contar, coisa muito difícil para o romano, em razão do sistema duodecimal adotado entre eles. Os alunos contavam pelos dedos, ou servindo-se do ábaco, pequeno quadro para calcular, e cantando: “um mais um são dois, dois mais dois são quatro”...

Os castigos eram severos, sendo os delinqüentes açoitados com vara.

Mesmo depois de o menino ter começado a freqüentar o *Ludus*, continuava a sua instrução em casa. Ele era sempre o amigo íntimo do pai. Deste recebia informações práticas sobre a agricultura, a política ou qualquer empreendimento em que o pai estivesse interessado. Aprendia a cavalgar, a nadar, a lutar e a manejar as diversas armas de guerra. (VALENTE, 1952, p.66-67).

Assim, a instrução escolar romana não era voltada para as meninas. Nesse grau de ensino, o aluno aprendia basicamente a ler e a contar. Outra observação importante, a esse respeito, é a seguinte: a atividade professoral era dada pelos homens. Cabia ao pai a

⁹Observação: corresponde atualmente ao Ensino Fundamental I.

continuidade da educação do menino romano, desse modo descritas: ensino das práticas rurais e das demais práticas sociais, ou conforme o interesse do pai.

A seguir, verificamos algumas orientações de Quintiliano (*40-†118 d.C.) traduzindo a percepção dos talentos dos alunos nesse grau de instrução:

1. Trazido o menino para o perito na arte de ensinar, este logo perceberá sua inteligência e seu caráter [...]. Nas crianças, a memória é o principal índice de inteligência, que se revela por duas qualidades: aprender facilmente e guardar com fidelidade [...]. A outra qualidade é a imitação que prognostica também aptidão para aprender [...], desde que a criança reproduza o que se lhe ensina, e não apenas adquira certo aspecto, certa maneira de ser ou certos ditos ridículos [...] ¹⁰. (ROSA, 2009, p.76).

Diante dessa postura educacional, o aluno é condicionado a memorizar conteúdos e reproduzir, sem questioná-los, os valores a ele repassados. Esse modelo de educação, sob a perspectiva freiriana, é assim denominado:

A educação 'bancária' é monológica e conduz a opressão, porque nela os estudantes são objetos; a educação libertadora é: 'dialogica; problematizadora; crítica; voltada para a responsabilidade social e política; voltada para as relações entre reflexão e ação'. (GOMES, 1994, p.177).

Destarte, o modelo de educação *bancária* nega o ensino dinâmico, questionador, apontado para a prática das ações sociais, culturais e políticas.

Para tanto, a outra etapa de ensino é o segundo grau (nível), em questão, é, conforme o autor de livros didáticos de latim:

- b) **Grammática.** O segundo período na instrução de um jovem romano era o da gramática, desde os 12 ou 13 anos até pelos 16. No local da aula viam-se bustos de autores célebres e baixos relevos. Explicavam-se os poetas gregos Homero, Hesíodo, Menandro, primeiro em traduções, depois no próprio original, e os poetas latinos Lívio Andrônico, Terêncio e, mais tarde, Vergílio e Horácio. O professor fazia observações sobre a gramática, métrica, mitologia, história literária ou política, física, geografia e tudo quanto pudesse esclarecer o texto. O estudante decorava o trecho explicado em aula, e fazia pequenas composições, reduzindo a prosa excertos de um poeta ou escrevendo pequenas narrações. (VALENTE, 1952, p.118).

¹⁰ Cf. transcrição do texto retirado da obra *De Institutione Oratória*, de Quintiliano (ROSA, 2009).

Esta etapa de ensino avança apresentando aos alunos as biografias dos escritores da Literatura Clássica, tanto na língua grega quanto na língua latina.

Além das aulas dos conteúdos literários, esses alunos aprendiam outros conteúdos, tais como: o estudo da língua latina, o estudo da natureza (física, geografia) e o estudo da política, notadamente. Portanto, o estudo era feito mediante ao exercício da memorização de textos e da redação de pequenos resumos.

O terceiro grau de ensino da escola romana trata da *rhetorica*, assim descrita:

b) **Rethorica.** Com 16 anos, o jovem começa a frequentar o *retor*, que lhe ensina eloquência. O aluno aplica-se a escrever discursos sobre assuntos imaginários e a declamá-los com a ajuda do professor, que lhe faz reparos sobre a elocução, o gesto, etc.

Aos 17 anos o jovem deixa o ensino do retor, e torna-se homem [...]. (VALENTE, 1952, mesma página).

Desse modo, o aluno da *rhetorica* passa a redigir textos, para, em seguida, lê-los utilizando as técnicas da elocução verbal e não verbal, embasados numa sólida argumentação. Pois, a argumentação, no caso, embasa a retórica¹¹, ou melhor definindo:

Arte de persuadir com o uso dos instrumentos lingüísticos [...]. O objetivo da R. é ‘persuadir’ por meio de discursos os juízes nos tribunais, os conselheiros no conselho, os membros da assembléia na assembléia e em qualquer outra reunião pública (Gorg. 452e); portanto, o retórico é hábil ‘em falar contra todos e sobre qualquer assunto, de tal modo que, para a maioria das pessoas, consegue ser mais persuasivo que qualquer outro com respeito ao que quiser’ (Ibiel., 457 a). (ABBAGNANO, 2007, p.856b).

Portanto, a *retórica* é um instrumento lingüístico importantíssimo para o orador construir o discurso argumentativo, com a finalidade persuasiva buscando convencer alguém da verdade sobre algo, o ser de alguma coisa.

No caso, o *rhetor* é a última etapa da formação educacional do jovem romano. Após a conclusão dessa etapa de ensino, ele assume a sua posição social de cidadão romano, celebrada numa cerimônia festiva; mas, ele, almejando aprofundar a sua formação, continuará se especializando na arte da persuasão, ou ainda:

Aos 17 anos o jovem abandona o ensino do retor. Uma cerimônia especial realizava-se então em família. De manhã o rapaz despia solenemente a toga

¹¹ Cf. a etimologia: *rhētorikē* (ῥητορικὴ → grego) passando para *rhēthōrica* (latim). (CUNHA, 1982, p.682 a).

pretexta, com orlas de púrpura, e vestia a toga viril, completamente branca. Tirava também a bula, que recebera quando bebê.

A seguir havia uma procissão ao foro, em que parentes, amigos e escravos acompanhavam o jovem. No foro o seu nome era inscrito oficialmente no rol dos cidadãos de Roma. Ofereciam-se aos deuses sacrifícios, e o dia terminava com um alegre banquete.

Concluída está a educação. Entretanto, se deseja aperfeiçoar-se, o romano vai passar alguns anos na Grécia, pátria da eloquência e das artes. Assim, fizeram Cícero, César, Horácio. (VALENTE, 1952, p.125).

A seguir, buscamos a orientação do escritor romano Marcus Tullius -Cícero (* 106 - † 43 a.C.) ao seu filho, em sua obra *De officiis*¹², aconselhando-o a dedicação inicialmente pelos estudos do latim e do grego, com o intuito de cultivar a Filosofia e outras ciências, servindo de instrumento a prática da oratória, ou conforme as suas palavras¹³:

Por isso, aconselho-o a fazer o mesmo que fiz por minha utilidade pessoal: servi-me da língua latina e grega, não só para meus estudos de Filosofia, como também para os meus exercícios de Oratória. Assim agindo, você poderá adquirir igual facilidade no perfeito manejo de ambos os idiomas. Devido a isto, diz-se que prestei ajuda e favor, sem dúvida importantes, aos nossos concidadãos, para ter facilitado o caminho do conhecimento das letras gregas, não apenas aos que estavam pouco versados nelas, senão também os doutos que, por esse meio, puderam tirar algum proveito no tocante à eloquência, a filosofia e educação do gosto. (ROSA, 2009, p.64).

Cícero, no caso, assinala a importância primordial do aprendizado do latim e do grego levando a leitura dos clássicos da Filosofia, de modo especial, operacionalizando o exercício da oratória.

3. Considerações finais

Neste texto, ao apresentá-lo, em poucas linhas, a educação na antiga Roma, contextualizamos o momento histórico e cultural, principalmente, desse povo, em questão, ao mostrar o cenário histórico aonde se desenvolveu o referido processo cultural, norteando o desenvolvimento educacional das crianças e dos jovens romanos.

Certamente, a educação de um povo abarca, além da educação geral, o ensino das línguas, das ciências e da Filosofia, notadamente. Assim, o desenvolvimento sócio

¹² Tradução: *Dos deveres*.

¹³ Nota: texto transcrito pela estudiosa da História da Educação (ROSA, 2009).

histórico e cultural de um povo perpassa notadamente pela educação. À medida que há nesse povo um grande empenho estudando as ciências, de um modo geral, mais competente esse povo se torna criando tecnologias utilizadas em todas as atividades humanas (setores primário, secundário e terciário).

Outra observação importante é a influência da cultura grega (Artes e Filosofia, etc.) para a formação educacional dos antigos romanos. A Filosofia grega, de modo especial, o sistema *estoicista* foi o que teve maior aceitação na cultura romana, porque era o que mais atendia aos anseios morais de cidadania, principalmente, ou melhor, dava respaldo teórico para a formação dos cidadãos romanos exercendo atividades políticas e administrativas. Assim, era importante que houvesse cidadãos bem preparados em retórica, principalmente, para que pudessem exercer cargos públicos, de um modo geral. No caso dos estudos de retórica, eles buscavam conhecimentos, quer de gramática, quer de filosofia. No campo artístico, a literatura, na expressão dos grandes poetas e prosadores, tais como Virgílio, Horácio, Ovídio, Cícero e outros, foi a que teve o mais alto grau de desenvolvimento estilístico e linguístico do Latim, porque atendia, de modo prático, à competência eloquente dos romanos que ascendiam aos cargos públicos e principalmente para o enriquecimento do Latim, de modo especial, compreendendo a educação dos jovens, nas classes de ensino escolar avançadas.

Destarte, o estudo da educação histórica dos latinos faz-nos compreender melhor o grande legado deles (romanos e gregos) para com o desenvolvimento histórico-cultural do povo ibérico, de modo especial. O Império Romano, ao conquistar a Península Ibérica, trouxe, além das atividades sócio culturais, o Latim constituindo o maior substrato da Língua Portuguesa e das demais línguas neolatinas (italiano, francês, provençal, reto românico, espanhol, galego, catalão, sardo, dalmata e romeno).

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BURNS, E. M. *História da Civilização Ocidental*. Tradução de Lourival Gomes Machado *et alii*. v.I. 3. ed. 5ª impressão. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FARACO, C. A. *Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GOMES, C. A. *A educação em perspectiva sociológica*. 3. ed. São Paulo: EPU, 1994.

JOLIVET, R. *Curso de Filosofia*. Tradução de Eduardo Prado de Mendonça. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1961.

MONDIN, B. *O homem, quem é ele?* Elementos de Antropologia Filosófica. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

ROSA, M. G. *A História da Educação através dos textos*. 21. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2009.

VALENTE, M. *Ludus primus: 1ª série ginásial*. 56. ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1952.